

PUBLICIZAÇÃO DA AGENDA NEOLIBERAL ATRAVÉS DOS EDITORIAIS DO JORNAL O IMPARCIAL

Mônica de Sousa Oliveira

Introdução

Esta pesquisa tem como finalidade questionar o posicionamento da imprensa maranhense através dos editoriais do jornal (O Imparcial)¹, ao longo do período de 1990/1992, momento de inúmeras mudanças no país. Para o desenvolvimento deste trabalho é necessário fazer uma discussão acerca de uma memória histórica do tempo presente, discussão feita através de questionamentos acerca da trajetória em torno do processo de consolidação e nacionalização do projeto neoliberal, projeto defendido na campanha presidencial de 1989, pelo candidato Fernando Collor de Mello, como única estratégia possível para resolver o quadro de crise que se instaurava no Brasil no início da década de 1990. Após anos de regime Empresarial-Militar e eleições indiretas para presidência “em quase três décadas”, o país em 1989 recebe novamente o direito de praticar o voto direto para Presidência².

A campanha presidencial de 1989 foi disputadíssima voto a voto pelos candidatos tanto

¹ Um dos meios de comunicação mais tradicional da Capital Maranhense. Entrou em circulação em 1º de maio de 1926 e desde então até hoje, é o jornal mais antigo em circulação do Maranhão.

² CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 9.

no primeiro turno quanto no segundo. Os candidatos que disputaram o segundo turno da presidência foi Fernando Collor de Melo e Luís Inácio Lula da Silva. Eleito pelo segundo turno nas eleições de 1989 à Presidência do país pelo recém criado Partido da Reconstrução Nacional (PRN) derrotando o então candidato de esquerda Luís Inácio Lula da Silva, candidato da Frente Brasil Popular, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com mais de 50% dos votos válidos. Fernando Collor de Melo foi “escolhido por 35 milhões de eleitores, Luís Inácio Lula da Silva conquistou 31 milhões de eleitores, 44%, uma diferença de 4 milhões de votos na eleição presidencial mais polarizada e disputada da história do Brasil³.

Esbanjando simpatia nas propagandas Fernando Collor era visto como o “novo”, como a modernidade em pessoa que ia solucionar de vez a crise do país, com o apoio de um excelente marketing político, conquistou a maioria da população. Em suas campanhas eleitorais prometia acabar com a inflação através de um programa de modernização do Estado que seria estabelecido através de um conjunto de medidas que caminha junto com a consolidação do neoliberalismo no país. O processo de consolidação e nacionalização do projeto neoliberal era defendido por Fernando Collor como única estratégia possível para reversão do quadro de crises que se instaurava no âmbito político, econômico e também no âmbito administrativo do país no início da década de 1990.

A sociedade brasileira ambicionava e esperava dias melhores e Fernando Collor construiu nesse

³ Idem, p. 273.

meio o caminho para a introdução do neoliberalismo no país. Uma questão fundamental sobre o neoliberalismo é entender de que forma a agenda neoliberal sai da academia para fora, se transformando em agenda governamental, como a defendida pelo candidato Fernando Collor. Segundo Perry Anderson o neoliberalismo nasce da seguinte maneira:

Como uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política⁴.

Para a historiadora Monica Piccolo este era o momento em que “estavam desenhadas, as condições para que a agenda neoliberal apresentada fosse vista como a única solução para a crise”⁵.

Tomamos como eixo de leituras para este trabalho um conjunto de referenciais teóricos

⁴ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org). **Pos-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

⁵ ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso/** Tese (Doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010, p. 26.

construídos por Antonio Gramsci, principalmente acerca do papel desempenhado pela imprensa como aparelho privado de hegemonia. Para Gramsci não há hegemonia ou direção política e ideológica sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil como a imprensa por exemplo. Segundo Gramsci “os organismos de participação política aos quais adere voluntariamente (e, por isso, ‘privados’) e que não se caracterizam pelo uso da repressão”⁶.

Ao tomarmos como objeto de pesquisa a análise do posicionamento do jornal maranhense (O Imparcial), sobre as principais medidas adotadas pelo Governo Collor, buscamos entender como se deu por parte da população maranhense a aceitação frente a tantas mudanças. E entender também porque a classe trabalhadora vota em Fernando Collor e não no candidato Luís Inácio que de certa forma era, mas próximo dos movimentos sociais. É importante salientar, no entanto que a sociedade não vota de forma inconsciente, o que não quer dizer que as notícias divulgadas diariamente pela mídia impressa não tenham de certa forma construído um consenso. Segundo Lima “a mídia, certamente, é uma das instituições que mais influenciam na formação da opinião pública, até porque ela é fundamental para a própria construção da agenda pública”⁷.

Os questionamentos são feitos a partir dos editoriais publicados cotidianamente pelo jornal maranhense (O Imparcial) impresso de grande

⁶ COUTINHO, Carlos Nelson, 1943 - **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: campus, 1989, p. 76.

⁷ LIMA, Venício A. de. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 165.

circulação no Estado, busca-se avaliar o posicionamento institucional do jornal. Entende-se que o editorial representa, entre as diversas seções do jornal, aquela em que se manifestam, com maior clareza determinadas posturas ideológicas adotadas pelo impresso.

A escolha por esta fonte não é aleatória, principalmente quando nos damos conta do valor que a mídia tem nesse período específico, tanto na campanha eleitoral de 1989 quanto no processo pró-impeachment do presidente Fernando Collor. É fundamental entender que a mídia utiliza meios para a vitória de Collor e depois usa dos mesmos meios na divulgação das denúncias de corrupção que envolvia o presidente com o esquema PC Farias.

Ter o jornal impresso como fonte é primordial, principalmente quando o objetivo é compreender as inúmeras mudanças que ocorreram no país na primeira eleição direta para presidente depois de um longo período de Ditadura. Uma questão fundamental é compreender que a imprensa teve seu papel de relevância nesse processo, pois atuou de forma eficaz na divulgação da vitória do candidato Collor e do seu projeto político neoliberal, atuando também na midiaticização das denúncias de corrupção.

A imprensa é vista desta forma pelo intelectual Gramsciano como uma das mais importantes “casamatas do capitalismo”, utiliza-se de sua arma fundamental a persuasão e sua abrangência, sendo um dos meios de comunicação mais utilizados pela população para informar-se sobre o que acontece a nível regional e nacional.

Vale a pena destacar, todavia, que os enunciados dos editoriais não podem ser

caracterizados como fonte de veridicidade. O que se propõe é pensar a partir de suas parcialidades e características, pois os enunciados podem vir acompanhados dos interesses pessoais de seus donos. Busca-se desta forma entender quem são os autores envolvidos neste processo enquanto sociedade civil em seus aparelhos de hegemonia.

Se os estudos sobre os jornais de circulação nacional já têm um espaço importante entre os pesquisadores que tem na imprensa uma fonte de investigação fundamental, o mesmo não pode ser dito em relação aos jornais impressos maranhenses. Raros são os estudos no estado que privilegiam esta fonte de pesquisa. Investigar esses meios de comunicação de massa acaba de certa forma nos ajudando a fazer novos questionamentos e posicionamentos frente às especificidades da história maranhense diante da conjuntura nacional. Principalmente porque estes meios de comunicação no Estado são prioridades de famílias tradicionais, que também atuam no cenário político, ou seja, utilizam os mesmos para divulgar em seus jornais suas prioridades individuais e políticas.

É importante também avaliar qual é o meio de comunicação que está veiculando a notícia, pois não podemos esquecer que por trás de cada meio de comunicação tem um empresário que busca vender notícia com base em seus interesses mercadológicos.

Esta questão pode ser bem entendida no livro (1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe) de René Dreifuss. Segundo o autor *“os empresários estão sempre ligados diretamente com a tomada de decisão do governo”*. Dreifuss analisa essa questão através de um trabalho minucioso com o objetivo de mostrar a relação

mantida entre os tecno-empresários nas decisões governamentais⁸.

Os meios de comunicação propagandeavam desta maneira, notícias acerca do progresso do país e do crescimento e oportunidade profissional que tinha para todos, no entanto, sabemos que esse avanço não chega de forma igualitária para todos. Essa ligação entre os tecno-empresários e o governo tinha como objetivo moldar as atitudes e os sentimentos do público em geral. Compreendemos aqui o papel do poder que a mídia tem para promoção do consenso em torno de um determinado projeto.

Ter como fonte de pesquisa os editoriais dos jornais pode nos possibilitar lançar novos questionamentos sobre o processo da reforma institucional implantada a partir de março de 1990, no atual governo de Fernando Collor. O pacote de reformas administrativas foi então apresentado pelo recém-empossado presidente como o caminho para a reestruturação das bases de atuação do Estado brasileiro, para solucionar desta maneira a grave crise do país.

A solução da crise é imprescindível, objetivo maior do governo Collor para isso, era necessário conter a inflação e cortar os gastos considerados desnecessários. Como solução o governo lança o Plano Collor I, plano que não obtêm tanto sucesso como o esperado, causando assim profundos questionamentos tanto entre os empresários quanto entre os trabalhadores. Essa ineficácia do Plano Collor I levou o lançamento de um novo plano, o Collor II que novamente não

⁸ DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro, Vozes, 1987, p. 418.

obteve os resultados esperados. As medidas adotadas no Governo Collor foram marcadas por tensões e conflitos no setor público no Brasil. Adotando medidas que não favoreciam muitos os cidadãos brasileiros. Para a historiadora Monica Piccolo:

A ineficácia do Plano Collor levou à execução, em janeiro de 1991, do Plano Collor II que estabelece a indexação da economia, o congelamento de preços, o fim da correção monetária, do *overnigt* e do Bônus do Tesouro Nacional (BTN). Na véspera de completar um ano de mandato, Collor lança o Projeto de Reconstrução Nacional. No entanto, os possíveis impactos positivos do Projeto são abafados pelos escândalos de corrupção⁹.

A necessidade de galgar novos questionamentos sobre esse processo é visivelmente necessário, estabelecendo assim, uma relação com os eixos de vinculação da notícia local, analisando e investigando os meios de comunicação do Estado. Os editoriais pesquisados e levantados do jornal O Imparcial, no que confere aos espaços cedidos para o posicionamento e discussão institucional nos embates em torno das medidas tomadas pelo Governo Collor, não foram muitas, o que traz uma nova discussão. Onde estava o posicionamento da imprensa local neste momento de mudanças extremamente urgentes para o país? Se o impresso buscou divulgar algo particular ou se manteve as mesmas notícias dos impressos mais conhecidos do país como o Folha de São Paulo, O

⁹ ALMEIDA, op. cit., p. 29.

Globo, Jornal do Brasil, Correio Braziliense? As discussões em torno deste contexto vivido em nosso país são válidas para compreender um dos mais importantes momentos de reconstrução nas relações entre Estado e Sociedade no país, e identificar o posicionamento da mídia local é de suma importância.

Análise dos editoriais do jornal O Imparcial no período de 1990/1992

Com base nos editoriais do Jornal O Imparcial, vamos elencar algumas questões que merecem total atenção para o desenvolvimento deste trabalho. Nosso objetivo não é julgar esse meio de comunicação e sim questionar e compreender o posicionamento do impresso frente o desenvolvimento da agenda neoliberal. Segundo Marc Bloch “compreender, no entanto, nada tem de uma atitude de passividade, assim como todo cientista, como todo cérebro que, simplesmente, percebe, o historiador escolhe e tria. Em uma palavra, analisa”¹⁰.

A elaboração de análise dos editoriais inicia no dia 03 de Janeiro de 1990, “*Convite à prudência*”, que trata da questão da inflação futura que pode atingir os valores de comercialização de bens e produtos essenciais para a economia do país.

[...] Os agentes econômicos da iniciativa privada precisam entender que a hiperinflação será uma catástrofe para todos os protagonistas da vida nacional, do consumidor ao produtor, do assalariado ao

¹⁰ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 128.

capitalista. Apesar da gravidade da situação, há sinais animadores lançados para o balizamento do futuro imediato. O presidente eleito, Fernando Collor de Mello, há dias traspõe ao nível da opinião pública aspectos bastante alentadores de sua plataforma governamental, em pleno sazono¹¹amento.

Neste editorial pode ser observadas questões sobre as medidas que o novo presidente eleito Collor de Mello precisava fazer na máquina administrativa, para encolher os limites da previsão orçamentaria, ou seja, com gastos governamentais, buscando assim recolocar a economia nos trilhos da estabilidade. As reformas do Estado de forma geral foram apresentadas sob o mando da modernização e do crescimento econômico. Essa medida da máquina administrativa é visivelmente necessária em seu Projeto de Reconstrução Nacional (1991), a participação da sociedade era crucial para a realização do projeto. *“O governo não pode (jamais pôde) conduzir sozinho um programa tão ambicioso de transformações. É preciso contar com o apoio, com a crítica construtiva e com as sugestões de cada brasileiro”*.¹²

No editorial do dia 28 de janeiro de 1990 intitulado, *“Um novo perfil”* o jornal elenca a questão do perfil do presidente eleito Collor de Mello, buscando passar que essa é a representação legal de um presidente que busca a modernização. Um presidente que sabe se posicionar para solucionar os problemas do país. A questão da

¹¹ *Convite à prudência*, O Imparcial. São Luís – MA 03/01/1990.

¹² BRASIL, Presidente, 1990-1995 (F. Collor). *Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional*. Brasília, 1991, p. 21

modernização é um trunfo que Collor usa com total sabedoria para ser eleito.

[...] Fernando Collor surpreende favoravelmente. Não apenas pelo desembaraço de suas atitudes, da espontaneidade de sua interlocução e da seriedade de suas abordagens, ao definir-se pelas opções que pretende adotar em seu governo, o presidente eleito vem confirmando a aura de simpatia e de apreço que se somaram na avaliação popular. Responsável e identificado com as soluções e os encaminhamentos exigidos pela problemática brasileira¹³.

Não é de se admirar o grande trunfo que Collor teve em suas mãos ao usar com astúcia os meios de comunicação de massa, tanto em sua campanha eleitoral, quanto depois de eleito. Collor de Mello sabia que esse era o caminho certo para sua vitória. De acordo com Thomas Skidmore Collor tinha uma relação importante com a mídia e dela era herdeiro, se tornou desta maneira “produto do sistema”¹⁴.

É interessante elencar que Collor é fruto desse sistema, sua família é dona de uma rede de televisão de Alagoas exemplo o jornal “Gazeta de Alagoas”¹⁵. As organizações e filiações do pai de

¹³ *Um novo perfil*, (O Imparcial, São Luís – MA 28/01/1990).

¹⁴ SKIDMORE, Thomas. A queda de Collor: uma perspectiva histórica. In: ROSENN, K.S.; DOWNES, R. (orgs) **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 26.

¹⁵ Arnon se associou ao dono de O Globo, Roberto Marinho, em empreitadas imobiliárias de sucesso, ampliando assim sua relação com este meio de comunicação, mais tarde esse

Collor, Arnon de Mello fora muito além de sua ligação com seu jornal “Gazeta de Alagoas”¹⁶.

No editorial do dia 15 de fevereiro de 1990 “*Garantia para a vida*”, que trata da questão da inauguração da posse de Collor, sendo colocado como nova geração, ou seja, uma geração que anuncia a modernização do país como já fora abordado acima.

[...] Uma luz renovadora assegurada pela própria juventude dos que vão assumir, em pouco mais de um mês, a tarefa hercúlea de dar solução aos problemas, tão numerosos e angustiantes, com prioridade para a economia, com tantos aspectos misteriosos que os sábios da ciência de Smith até agora, pelo menos, não lograram a decifrar¹⁷.

Neste editorial podemos entender que o posicionamento do jornal frente às medidas do novo governo é de questionamentos, mas com um fundo de esperança. O jornal coloca que o Governo Collor herda dos governos passados toda a dívida econômica e problemas que são sentidos com maior fervor agora. “Segundo o provérbio criado pela sabedoria dos chineses: ‘se todos limparem a frente das suas vivendas, as ruas ficarão limpas’”.

É importante salientar que Collor assumiu a presidência num momento não muito bom economicamente para o país. De acordo com Skidmore “*tal como a maioria dos países latino-*

veículo de comunicação vai participar de forma direta no apoio a candidatura de seu filho Fernando Collor de Mello para a presidência em 1989.

¹⁶ CONTI, op. cit, p. 26.

¹⁷ *Garantia para a vida*, O Imparcial, São Luís – MA, 15/02/1990.

*americanos, o Brasil vinha passando por dificuldades econômicas desde o início da crise da dívida externa em 1982*¹⁸.

No editorial do dia 04 de março de 1990 “*A era da sensatez*”, o jornal apresenta questões sobre os programas do ministério do governo de Collor para conter a crise. Principalmente na posição ministerial da economista do governo Zélia Cardoso de Mello, ao explicar os novos alcances previstos pelo governo.

[...] A sabatina exaustiva desde logo projetou efeitos singulares sobre o mercado financeiro, que voltou a comportar-se de modo equilibrado, com aumentos razoáveis nas cotações dos papéis de bolsa evolução vegetativa dos ativos de risco, o ouro e o dólar. Obteve-se, assim, o primeiro sinal de que as alterações em perspectiva são convincentes, sob o ponto de vistas macroeconômico¹⁹.

A questão da política econômica é um dos pontos cruciais para o governo, necessidade esta que viria com o combate a inflação que se instaurava no país, ou seja, o combate à inflação seria a maneira de recuperar o país da crise financeira. Para a Ministra da Economia Zélia Cardoso seria necessário fazer um reajustamento de todos os setores da economia dentro do programa de governo. No entanto, o que se viu com o passar do tempo, foi um ministério que não sabia nem ao menos resolver seus problemas internos quanto mais externos. Esse racha que acontece no

18 SKIDMORE, op. cit. p. 28.

19 A era da sensatez, O Imparcial, São Luís - MA 04/03/1990

corpo ministerial pode ser caracterizado segundo Gramsci como fissuras no bloco no poder.

De acordo com Oliveira o ministério do Governo era movediço, ou seja, varios ministros saíram do governo em pouco tempo, exemplo disso foi saída da ministra Zélia Cardoso *“deixa o governo em abril de 1991 no contexto de reformas ministeriais que se completarão 12 meses depois com a constituição de um Ministério formado parcialmente de personalidades de forte prestígio pessoal”*²⁰.

A saída de Zélia Cardoso de Mello do Ministério da Economia foi um escândalo para a imagem do governo depois de ser apontada por Collor como uma *“das partes mais visíveis do governo”*, a ministra pede demissão depois da revelação de seu caso amoroso com o ministro da justiça Bernardo Cabral.²¹

No editorial do dia 07 de março de 1990, *“Reação totalitária”* o jornal traz mais uma vez sua posição institucional em favor do governo Collor, o posicionamento é mencionado quando colocam que o PT e a Central Única dos Trabalhadores são contra as medidas do governo. Gerando desta maneira, uma resistência política considerada extrapolante e contrária à pauta da união nacional.

[...] Mas, seja qual for a circunstância, não será admissível o exercício oposicionista

²⁰ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia**. Campinas: Papyrus, 1994, p. 230.

²¹ A saída de Zélia do Ministério da Economia representou um baque no governo. Principalmente pelo escândalo envolvido entre a ministra e seu amigo de ministério Bernardo Cabral. Cf. CONTI, op. cit., p. 378.

que pretenda legitimar-se por si mesmo, como atividade autárquica, independente dos interesses majoritários da sociedade. Aberram, portanto, dos cânones democráticos as projetadas ofensivas do PT e da Central Única dos Trabalhadores, seu braço sindical, contra a gestão do presidente Fernando Collor. O partido promete sabotar no âmbito do Congresso as providências pendentes de aval legislativo, já definido no contexto de um programa estratégico para promover a reconstrução nacional²².

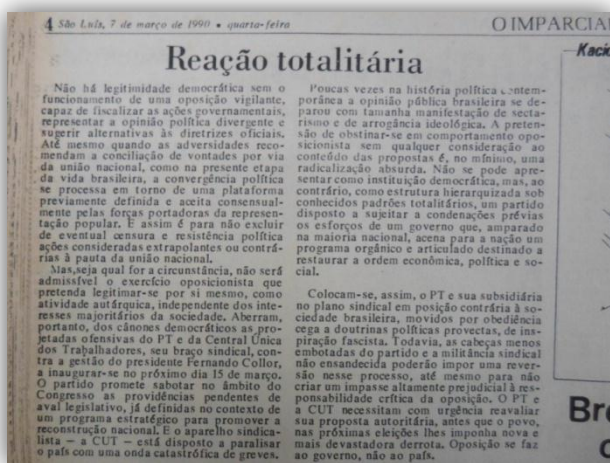


Figura 1: O Imparcial. 7/03/1990
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís-MA

²² Reação totalitária, O Imparcial, São Luís – MA, 07/03/1990, p 4.

O jornal conduz sua posição, mostrando que o PT é contrário às mudanças que o Governo Collor pretende fazer na sociedade brasileira, segundo o editorial o PT é “movido por obediência cega a doutrinas políticas propectas, de inspiração fascista”. Isso leva a compreensão que o jornal era a favor da política que estava sendo realizada pelo Governo Collor, uma política de privatizações.

É de total relevância para nós leitores e consumidores desses meios de comunicação, tentar identificar o posicionamento institucional do mesmo, sobretudo quando o tema abordado é sobre política. Necessidade que nem sempre é realizada, pois questionar o que está nas entrelinhas dos enunciados é muito complexo, principalmente pela particularidade da narrativa jornalística. Para Ignacio Ramonet “os meios de comunicação não funcionam de maneira satisfatória para os cidadãos. Isso porque, por um lado, se opõem a serviço dos interesses dos grupos que os controlam”²³. Essa preocupação deve ser de total prioridade também para o pesquisador que usa essa fonte como objeto de pesquisa. Esse cuidado deve ser essencial desde a identificação do grupo dono do jornal até a realização do levantamento e análise dos fatos contidos nos impressos.

Com base nos editoriais avaliados no ano de 1991, constatou-se uma grande insatisfação nacional, principalmente pelos resultados não

²³ RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In. MORAES, Dênis de; SERRANO, Ignacio Ramonet, Pascual **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 53.

obtidos em seu projeto político. Segundo Amaury Souza “no início de 1991, Collor caíra muito nas pesquisas. A volta da inflação, as reduções dos salários causadas pelas austeras políticas econômicas e uma série de escândalos envolvendo membros do governo fizeram sua popularidade despencar”²⁴.

No dia 09 de janeiro de 1991, “*O papel das estatais*” traz informações sobre as medidas adotadas pelo Governo Collor e sua relação com as críticas recebidas por todos os setores.

[...] O governo Collor, que prometeu nas ruas o desengajamento de Estado de atividades que não lhe competem prioritariamente, deu, de início, a impressão de que estava possuído de uma fúria antiestatal que levaria de roldão todas as empresas públicas do país. Como tudo que é exagerado, o processo privacionista acabou por se revelar apenas como um instrumento a mais de modernização nacional e não como uma panaceia dos males do Brasil²⁵.

Observamos que o editorial faz agora críticas às medidas do governo, principalmente na questão da privatização, ressaltam que a empresa pública do estado tem um papel importante para o bom desenvolvimento tanto econômico quanto social do país. De acordo com Carlos Melo “*a privatização*”

²⁴ SOUZA, Amaury. O Impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil. In: ROSENN, KS.; DOWNES, R. (orgns.) **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p. 134.

²⁵ O papel das estatais, O Imparcial, São Luís – MA, 09/01/1991.

*surgiria como instrumento voltado para a redução da participação do Estado na geração de riquezas, no combate à inflação, no incentivo à livre iniciativa*²⁶.

No editorial do dia 21 de março de 1991, “*Diálogo construtivo*” podemos advertir a preocupação do governo pelo entendimento nacional, objetivo de construir um governo forte, com base no diálogo entre todos os setores para solucionar e superar a crise brasileira.

[...] Na esteira das gestões desenvolvidas pelo governo na busca de um entendimento nacional, o encontro do presidente Fernando Collor com seu antecessor no cargo, o atual senador José Sarney, constitui nova abertura política do mais elevado valor prático. Precedeu-o ampla rodada de conversações com os governadores eleitos, à distância de qualquer preconceito partidário ou ideológico, para a colocação daquelas questões nacionais suscetíveis de abordagem conjunta e solução consensual²⁷.

Mesmo buscando uma melhor administração do governo, visando um ponto de equilíbrio, de consenso em todas as partes. O plano político do presidente Collor não obteve tanto sucesso nessa nova empreitada. A busca pelo entendimento nacional não foi aceita de forma equilibrada. De acordo com Oliveira:

²⁶ MELO, Carlos Alberto Furtado de. *Collor: O ator e suas circunstâncias*. São Paulo: Editora: Novo Conceito, 2007, p. 172.

²⁷ Diálogo construtivo, O Imparcial, São Luís – MA, 21/03/1991.

As iniciativas de entendimento do presidente Collor para sair do isolamento são bem-sucedidas no PFL e em parte da opinião pública sensibilizada com o prestígio dos ministérios éticos. Mas o presidente não conseguiu superar grandes dificuldades, principalmente na imprensa escrita de São Paulo, que não lhe reconhece o mérito de determinados passos²⁸.

No editorial do dia 19 de março de 1991, “*Modernização*” no qual traz uma crítica sobre o Projeto de Reconstrução Nacional oferecido à sociedade, como forma de resolver os problemas da crise e implantar a tão sonhada modernização.

[...] Não que as ações desenvolvidas houvessem alcançado alguma solução de continuidade, para o bem ou para o mal do País, eis que o exercício do poder, no período considerado, foi pródigo em acontecimentos. Mas a Nação já carecia de outras perspectivas, de modo a consolidar a própria estratégia política desenhada desde o início da atual experiência política²⁹.

O projeto de Reconstrução Nacional, não foi bem aceito por todos, de acordo com Carlos Mello; “a modernização, ainda que agradasse a uma parcela da elite, feriria interesses dos beneficiários daquele modelo que se pretendia extinguir, por exaurido que estivesse o modelo de elites

²⁸ OLIVEIRA, op. cit., p. 232.

²⁹ Modernização, O Imparcial, São Luís – MA, 19/03/1991.

anacrônicas”. Ou seja, elites atrasadas frente às mudanças³⁰. Era notável que essas mudanças deveriam acontecer com certo cuidado, pois a maioria da população ficou desempregada, sem condições de sobrevivência, não sendo favorecidas com as medidas adotadas pelo Plano Collor 2, além de terem tido suas contas poupanças confiscadas.



Figura 2- O Imparcial. 19/03/1991

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís-MA

No ano de 1992, o desenvolvimento do processo de impeachment contra o Presidente Fernando Collor de Mello ampliou-se. Fatores que são mediados pelos veículos de comunicação diariamente acerca da conjuntura de denúncias de corrupção que envolvia o presidente e o esquema

³⁰ MELO, op. cit., p. 175.

PC Farias. Um esquema paralelo ao seu ministério visando conseguir milhões dos empresários sonogando impostos e fraudes fiscais, ou seja, um esquema que desviava milhões, dinheiro que ia para as contas do presidente e do próprio PC.

No editorial do dia 26 de fevereiro de 1992, *“Pela hora da morte”*, o jornal traz informações sobre a ineficiência dos diversos Planos que Collor realizou mais que não deram muito certo. Principalmente quando se trata dos benefícios que não foram sentidos por parte da população com a aplicação do Plano Collor I e II.

[...] A população deste País está desnorteada, há dezenas de anos, com as consequências da frequente inflação. Os diversos planos, que os governos ao longo desse tempo, impingiram ao povo fizeram, ainda mais, aumentar a confusão, tirando desse mesmo povo a possibilidade de, sequer, acompanhar ou ter noção comparativa dos preços³¹.

Notamos o fracasso das medidas do governo, principalmente quando se trata da situação de milhares de pessoas que ficaram desempregadas e não tinham nem o apoio do governo para conter essa crise, pois era necessária uma solução eficaz que não veio. É certa que a necessidade do empregador não era a mesma do empregado, as empresas visavam cada vez mais somente o lucro, no menor tempo possível. Neste momento a maior prejudicada a sociedade, se pergunta o que fazer? Com a alta da inflação a crise se configura ainda mais, escândalos de corrupção a

³¹ Pela hora da morte, O Imparcial, São Luís – MA, 26/02/1992

todo o momento são divulgados pela mídia, notícias que mostram a ligação direta do presidente com o esquema de corrupção passiva.

A denúncia de seu irmão Pedro Collor de Mello em maio de 1992 é a ponta do iceberg, denúncia que relata a relação, de “PC Farias” com o Governo Collor. Segundo o próprio Pedro Collor “PC era testa-de-ferro de Fernando numa sociedade cuja partilha de lucros era feita à razão de 70% para um e 30% para outro”³².

Para Oliveira esse era o momento que se “configura e encerra a segunda fase do governo Collor, abrindo-se em seguida o que viria a ser a fase final, ou seja, a conjuntura do *impeachment*”³³. No editorial do dia 08 de agosto de 1992, “*Por enquanto, um ajuste provisório*”, no qual apresenta uma das últimas medidas do Governo Collor para adiar o problema da crise, ou seja, a medida do ajuste fiscal. No qual deveria ser realizado um ajuste provisório taxando mais quem ganhar mais e aliviando os de menores rendimentos.

[...] A taxação atual de 30 por cento ferindo o princípio da progressividade e aplicando, injustamente, a mesma taxa das grandes empresas, para o pequeno contribuinte ou para aquela empresa isenta que passa à condição de contribuinte. O lucro presumido também fere a progressividade dentre os assim taxados³⁴.

³² MELLO, op. cit., p 164

³³ OLIVEIRA, op. cit., p. 233.

³⁴ Por enquanto, um ajuste provisório, O Imparcial, São Luís – MA, 08/08/1992.

Conforme o editorial essa seria uma maneira de resolver e evitar a concentração de rendas e no combate aos marajás. No entanto, o presidente usava e abusava de milhões de dólares roubados com a ajuda de seu cúmplice PC Farias. Para Roberto Lopez *“Collor acaba caindo do poder não só pela corrupção, que chegou a níveis alarmantes, acentuada pela falta de sutileza, mas, sobretudo pela falta de um projeto”*³⁵.

Considerações Finais

A população já enfadada com as promessas das medidas do governo que não foram bem aplicadas e com as inúmeras denúncias que envolvia o presidente foram às ruas questionar e reivindicar contra todas as mazelas que o país estava sofrendo, principalmente depois das inúmeras campanhas contra as medidas e denúncias do Governo. A polícia federal abriu investigações e o Congresso Nacional autorizou a criação de uma CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito³⁶, com a finalidade de investigar as denúncias de corrupção³⁷.

Depois das investigações da CPI o Congresso aprova por *“441 votos a 38, a Câmara autoriza o Senado a abrir processo contra Collor por crime de responsabilidade e determina o seu afastamento da*

³⁵ LOPEZ, Luiz Roberto. **Uma história do Brasil República**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 127.

³⁶ A CPI é instalada com o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) conseguindo o número de assinaturas suficiente para que se desse a instalação da CPI, mesmo com a resistência disseminada pelos demais partidos.

³⁷ CONTI, op. cit, p. 565.

Presidência”³⁸. Milhares de pessoas acompanharam a votação do impeachment de Collor, o presidente ainda tentou renunciar e não perder seus direitos políticos, mas já era tarde. Mesmo renunciando, o presidente foi caçado e impedido de concorrer e exercer função pública por oito anos.

Tanto a Reforma de Estado proposta e iniciada pelo Governo Collor, como as demais ações prometidas, foram entendidas como o início de um processo de resgate de Reconstrução Nacional, ideia que passou a simbolizar a resolução de todos os problemas e a chegada de um futuro promissor prometida por Collor na campanha e no decorrer do seu mandato. No entanto, ao analisar os editoriais do jornal O Imparcial, findo que essa solução não foi concretizada como o esperado.

Tentou-se elencar os elementos fundamentais midiáticos pela imprensa local, visando desta indagar por outro prisma as particularidades do governo Collor. A imprensa tem uma função primordial, levar ao público diariamente informações sobre o que acontece no meio local, nacional e também global. “*A renovação no estudo da história política, não poderia dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder*”³⁹. A função que os meios de comunicação utilizaram para a vitória do projeto político de Collor foi fundamental, no entanto, pouco tempo depois usa essa mesma função para desvendar o processo de corrupção que leva a derrocada do presidente.

³⁸ Idem, p. 690.

³⁹ DE LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 128.

